



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

[2501 a 3000 processos]

Aos 12 dias do mês de julho de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 9/2018, divulgado em 11/5/2018 no DEJT (Edição 2472/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 388). Presentes a Juíza Titular ANTONIA RITA BONARDO e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMÃO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	AGUAI, SAO JOAO DA BOA VISTA, VARGEM GRANDE DO SUL, SANTO ANTONIO DO JARDIM, AGUAS DA PRATA, ESPIRITO SANTO DO PINHAL
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	27/08/1982
Data de Instalação do PJE:	26/03/2014
Data da Última Correição:	03/10/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANTONIA RITA BONARDO	19/12/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/12/2017 a 19/12/2017	FERIAS
13/06/2018 a 05/07/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/10/2017 a 05/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	11/04/2018 a 10/05/2018
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	11/05/2018 a 13/05/2018
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	13/06/2018 a 01/07/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO CAMERA CAPONE	18/08/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE ANTONIO DOSUALDO	24/10/2017 a 27/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUCAS FALASQUI CORDEIRO	20/09/2017 a 19/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA	20/10/2017 a 23/10/2017
PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA	28/10/2017 a 19/12/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/10/2017 a 05/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMAO	07/01/2017 a 19/12/2017
VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMAO	08/01/2018 a 05/07/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/09/2017 a 19/10/2017	FERIAS
11/04/2018 a 10/05/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provedimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA CLAUDIA RODRIGUES ABREU BERGONSINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	21/02/2005
CELIO APARECIDO TROMBETTA	TJA	-	08/12/2006
CLAUDIR DE OLIVEIRA JUNIOR	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	11/04/2017
DALVA LUZIA DEVIECHI VLADENIDIS	REQ	FC-02 ASSISTENTE	22/01/2007
EMERSON ALEXANDRE VIOLA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	02/12/2010
GABRIELA APARECIDA SEVERINO DE ANDRADE TAVARES	TJA	-	12/09/2005
IRACEMA BELCHIOR TAVARES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/01/1995
JANDER EDUARDO DE ANDRADE	TJA	FC-05 ASSISTENTE-CHEFE DE POSTO AVANÇADO	19/10/2011
JOSE PASCHOAL DE SOUZA	AJ-OJA	-	01/07/2003
JULIANA FIAMENGHI MISSE CORREIA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	14/06/2010
LUCIANO HENRIQUE COLOZZA	AJ-OJA	-	09/02/2015
MARIA CAROLINA CHUQUE MEDINA MACEDO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	04/06/2012
MARIA LUCIA RAMOS BUZON SILVA	TJA	-	13/05/2002
MARTA MARIA DE ALENCAR LARANJEIRA GIANELLI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/11/1992
RAFAELA CABRAL BURATO	TJA	FC-04 CALCULISTA	05/12/2011
ROBERTO FRANCISCO NOGUEIRA CORSI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	02/12/2010
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			13
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	45
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	24
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	12
VIAGEM A SERVIÇO	2
TOTAL	84



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANGELO REZENDE SINDONA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
FERNANDA APARECIDA SCHULTZ	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2018
LUCAS FERNANDO ANTONIO MARTINS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANTONIA RITA BONARDO	15
PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA	44
VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMAO	55

SERVIDORES	HORAS
CLAUDIR DE OLIVEIRA JUNIOR	131
GABRIELA APARECIDA SEVERINO DE ANDRADE TAVARES	85
IRACEMA BELCHIOR TAVARES	280
JANDER EDUARDO DE ANDRADE	154
MARIA CAROLINA CHUQUE MEDINA MACEDO	35
RAFAELA CABRAL BURATO	75



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	938	1.310	---
	Aguardando encerramento da instrução	767	955	---
	Aguardando prolação de sentença	150	136	---
	Aguardando cumprimento de acordo	521	417	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.644	1.631	---
	Pendentes de finalização	4.020	4.448	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	136	304	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	519	529	---
	Pendentes de finalização	655	833	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.386	1.351	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	94	112	---
	Pendentes de finalização	1.482	1.464	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	3	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	8	---
TOTAL		6.157	6.757	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.131	1.584	---
	Aguardando encerramento da instrução	827	1.060	---
	Aguardando prolação de sentença	122	168	---
	Aguardando cumprimento de acordo	583	438	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.670	1.720	---
	Pendentes de finalização	4.332	4.966	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	341	492	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	234	284	---
	Pendentes de finalização	576	776	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.328	1.247	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	43	152	---
	Pendentes de finalização	1.371	1.399	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	78	---
TOTAL		6.279	7.220	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	257	227	138
Exceções de Incompetência	14	20	4
Antecipações de Tutela	206	223	3
Impugnações à Sentença de Liquidação	15	13	12
Embargos à Execução	43	36	32
Embargos à Arrematação	0	1	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	1	1	0
TOTAIS	536	521	190

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	364	334	86
Exceções de Incompetência	23	8	12
Antecipações de Tutela	438	439	10
Impugnações à Sentença de Liquidação	16	17	11
Embargos à Execução	79	66	33
Embargos à Arrematação	4	1	3
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	5	2
TOTAIS	928	870	157



6 - RECURSOS [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	695	772	125
Recurso Adesivo	50	72	6
Agravo de petição	39	41	11
Agravo de Instrumento	6	0	4
TOTAIS	790	885	146

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	864	803	207
Recurso Adesivo	91	83	44
Agravo de petição	66	56	16
Agravo de Instrumento	8	11	5
TOTAIS	1.029	953	272



7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	282	190	220	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.399	336	405	---
Total / Média	1.681	312	361	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	270	195	230	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.316	340	427	---
Total / Média	1.586	316	379	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	96	25	21	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	820	35	36	---
Total / Média	916	34	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	44	246	243	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	237	272	259	---
Total / Média	281	268	256	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	312	1.620	2.036	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	68	1.138	1.263	---
Total / Média	380	1.533	1.978	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	537	162	226	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.972	273	390	---
Total / Média	2.509	249	347	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	537	170	231	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.839	275	398	---
Total / Média	2.376	251	353	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	181	28	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	926	35	42	---
Total / Média	1.107	34	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	48	314	228	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	369	306	239	---
Total / Média	417	307	237	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	606	1.413	1.685	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	50	1.325	1.026	---
Total / Média	656	1.406	1.621	---

*Do início até a extinção da execução

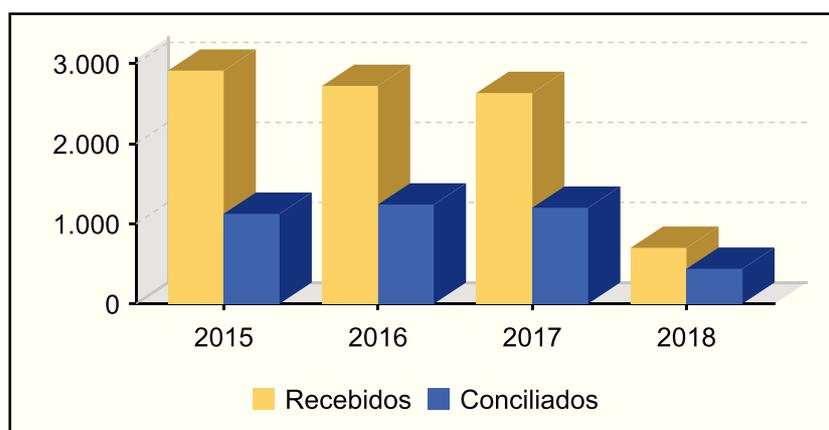


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

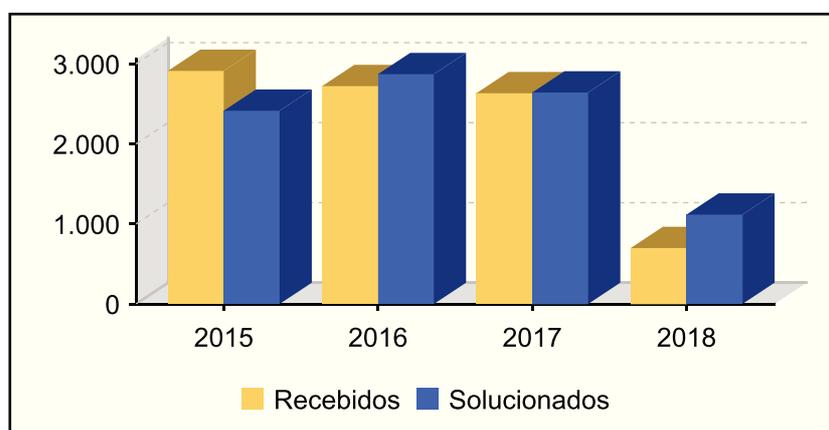
8.1 - Índice de conciliações [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.913	1.124	38,59
2016	2.723	1.240	45,54
2017	2.634	1.200	45,56
2018	699	437	62,52



8.2 - Índice de soluções [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.913	2.415	82,90
2016	2.723	2.872	105,47
2017	2.634	2.643	100,34
2018	699	1.117	159,80



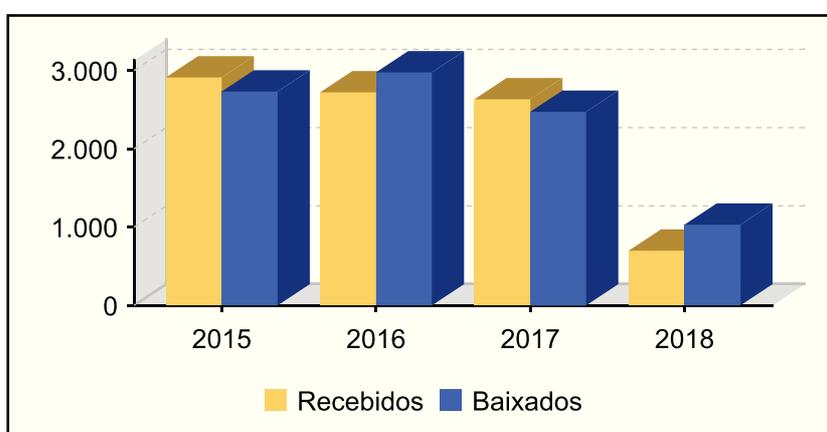


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

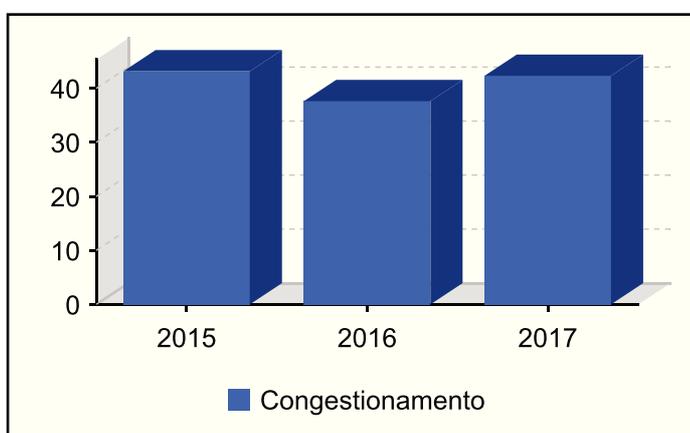
8.3 - Índice de baixas [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.913	2.733	93,82
2016	2.723	2.978	109,36
2017	2.634	2.474	93,93
2018	699	1.032	147,64



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.335	2.913	2.415	43,15
2016	1.882	2.723	2.872	37,63
2017	1.948	2.634	2.643	42,32





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.163	96,9	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.286	107,2	50,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.449	204,1	95,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	287	23,9	11,2
Incidentes Processuais Resolvidos	924	77,0	36,2
Dias-Juiz	766	63,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.501	84,4	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	46.861	95,2	55,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.362	179,6	104,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	15.280	31,1	18,1
Incidentes Processuais Resolvidos	37.328	75,9	44,3
Dias-Juiz	25.304	51,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.470	71,1	45,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	165.548	90,2	58,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	296.018	161,2	104,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	47.256	25,7	16,6
Incidentes Processuais Resolvidos	113.221	61,7	39,9
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

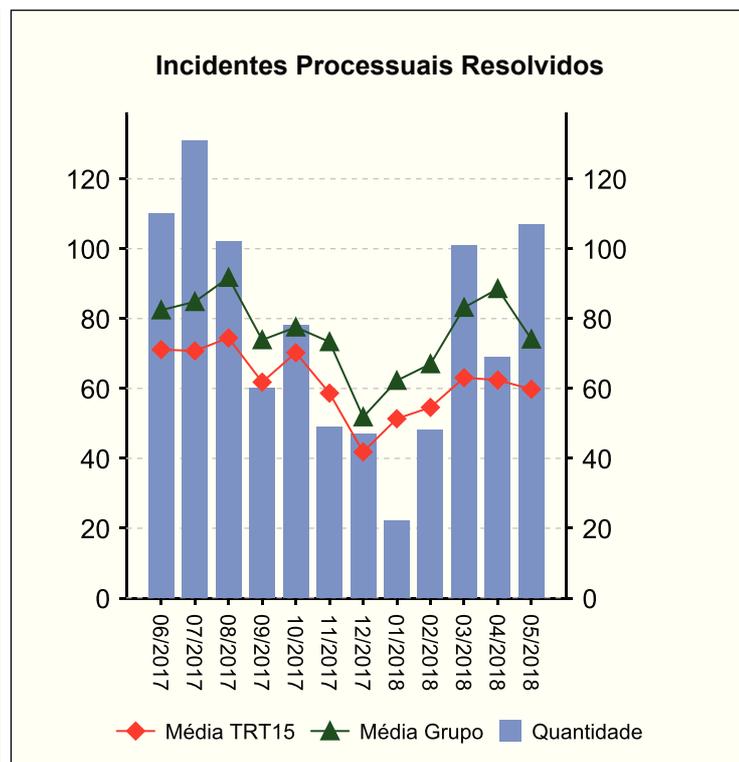
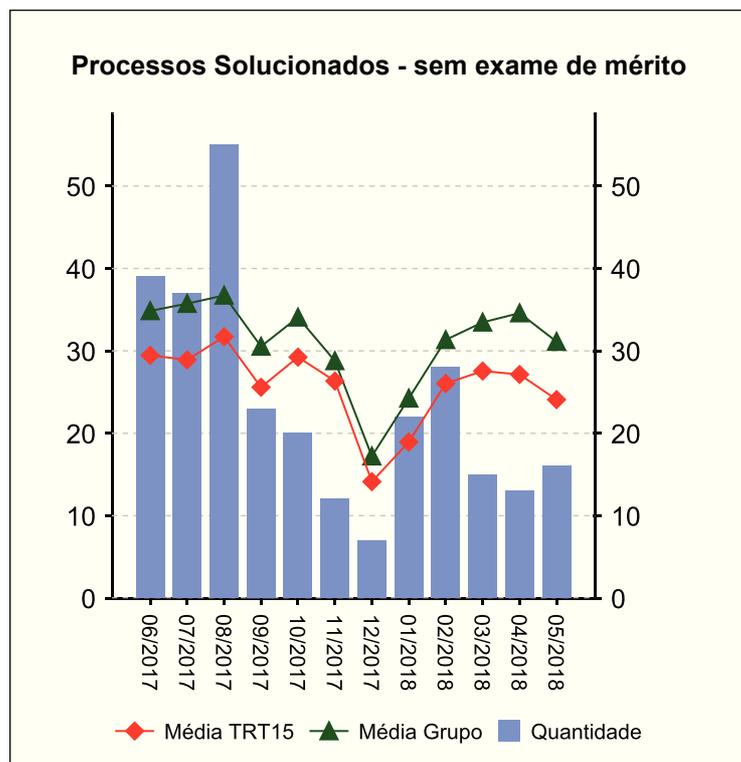
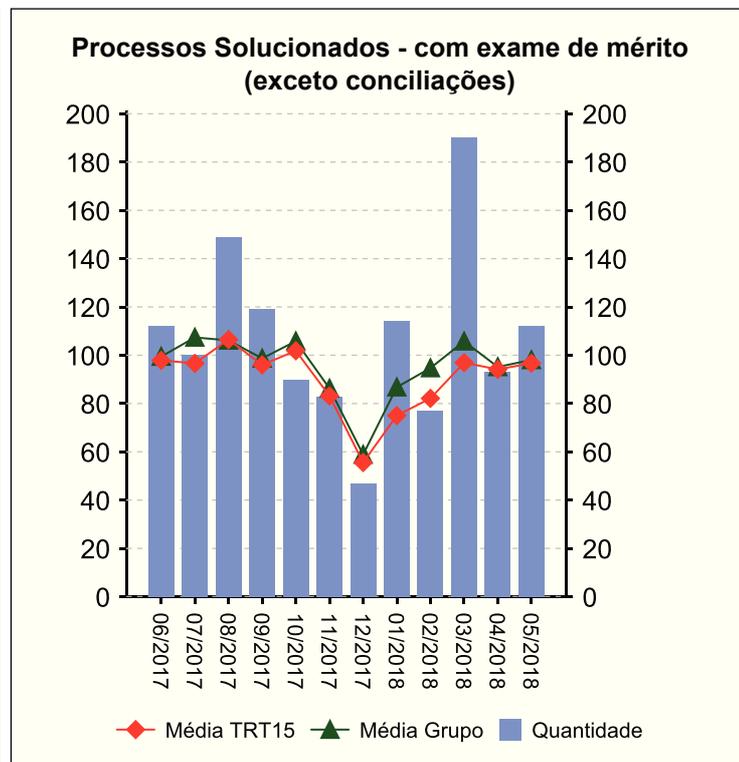
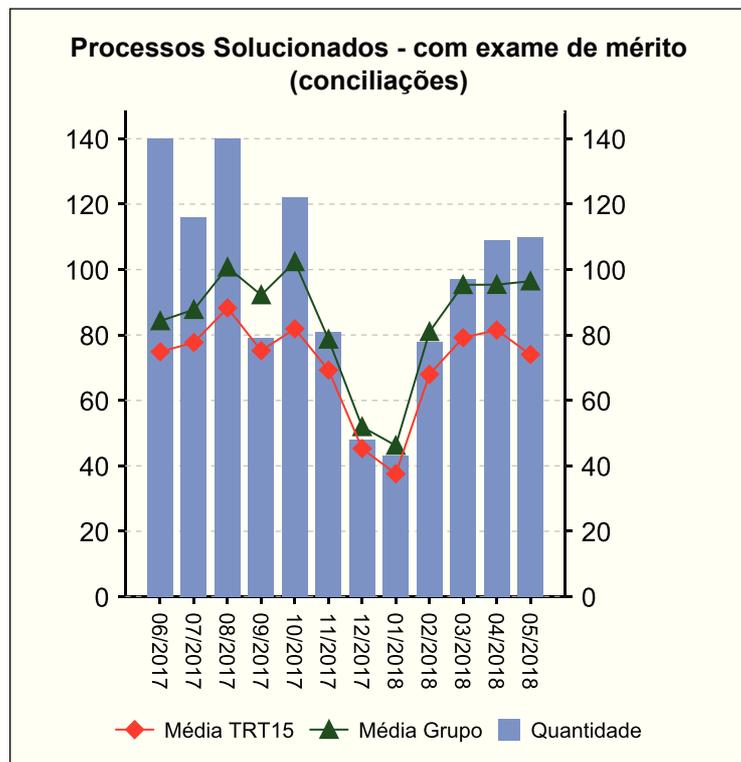
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	855	71,3	33,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	877	73,1	34,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.059	88,3	41,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	710	59,2	27,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	262	21,8	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.936	161,3	75,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	972	81,0	38,1
Dias-Juiz	766	63,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.304	51,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

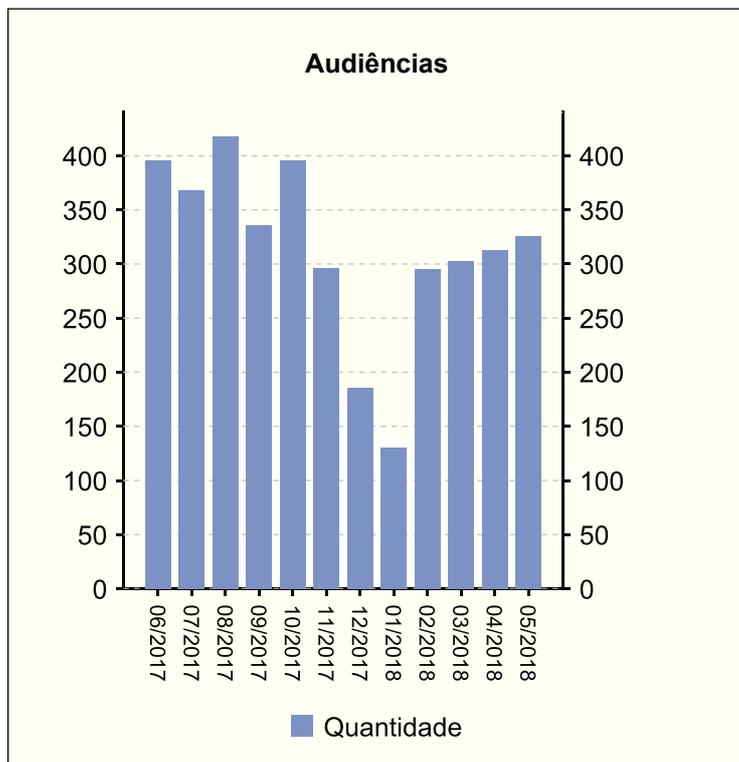


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

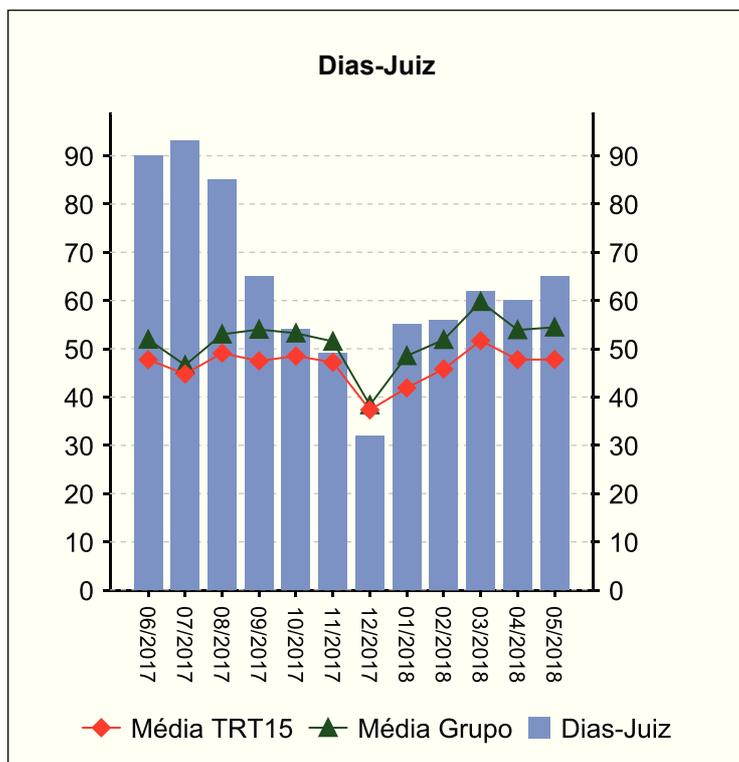
[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2017	106	33	87	63	107	396
07/2017	83	15	95	63	112	368
08/2017	83	25	85	79	146	418
09/2017	75	31	65	79	86	336
10/2017	84	2	101	92	117	396
11/2017	66	37	56	83	54	296
12/2017	28	21	40	44	53	186
01/2018	11	4	31	31	53	130
02/2018	19	31	58	121	66	295
03/2018	39	21	75	78	90	303
04/2018	28	16	94	80	95	313
05/2018	88	26	68	64	80	326
Total	710	262	855	877	1059	3763



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2017	90
07/2017	93
08/2017	85
09/2017	65
10/2017	54
11/2017	49
12/2017	32
01/2018	55
02/2018	56
03/2018	62
04/2018	60
05/2018	65
Média Mensal	63,8



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.323	110,3	42,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.135	94,6	36,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.458	204,8	77,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	419	34,9	13,3
Incidentes Processuais Resolvidos	937	78,1	29,7
Dias-Juiz	946	78,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.326	84,0	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	44.806	91,1	52,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	86.132	175,1	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.393	33,3	19,2
Incidentes Processuais Resolvidos	34.681	70,5	40,5
Dias-Juiz	25.664	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.633	70,6	44,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	155.025	84,4	53,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	284.658	155,0	98,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.570	27,0	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	111.109	60,5	38,3
Dias-Juiz	86.960	47,4	---

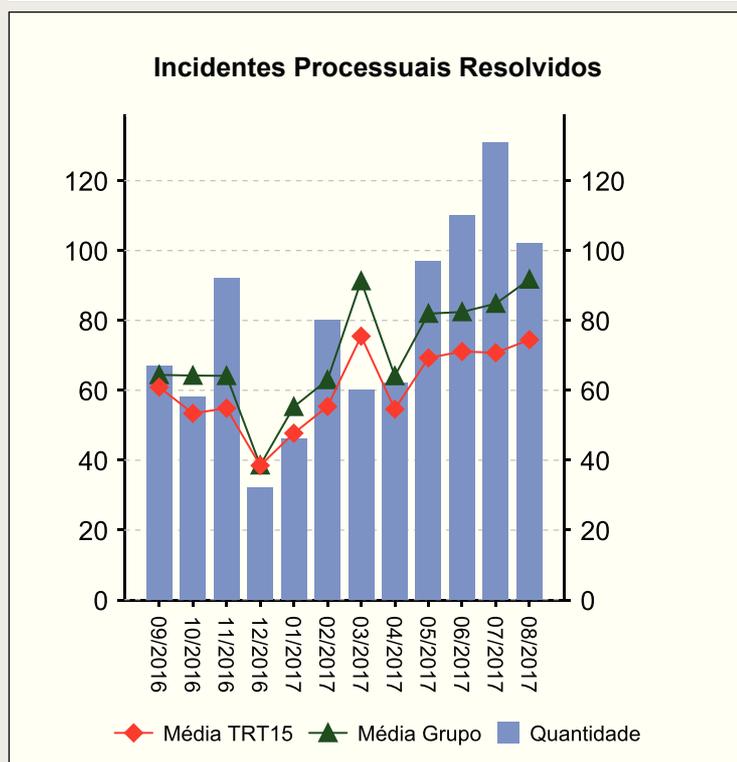
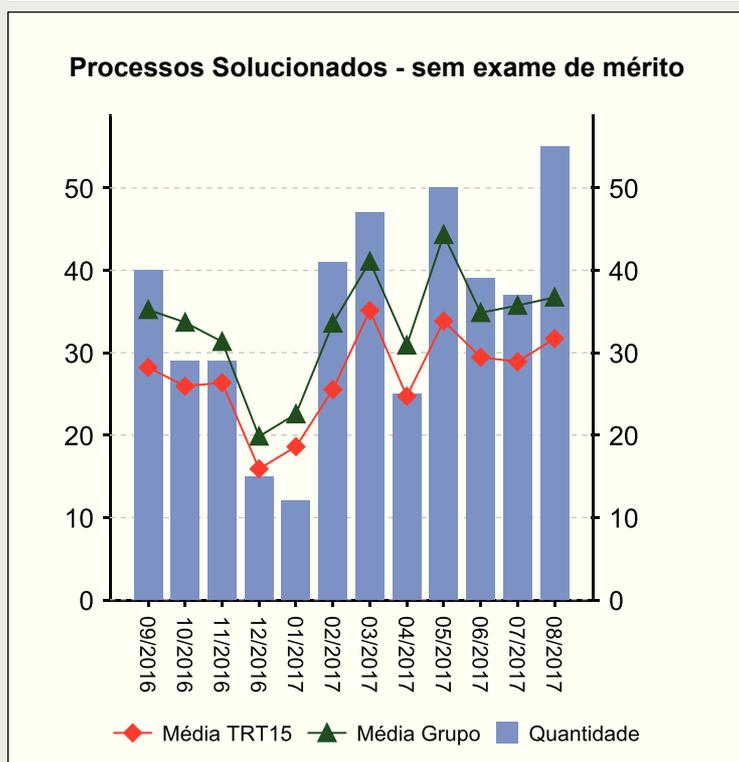
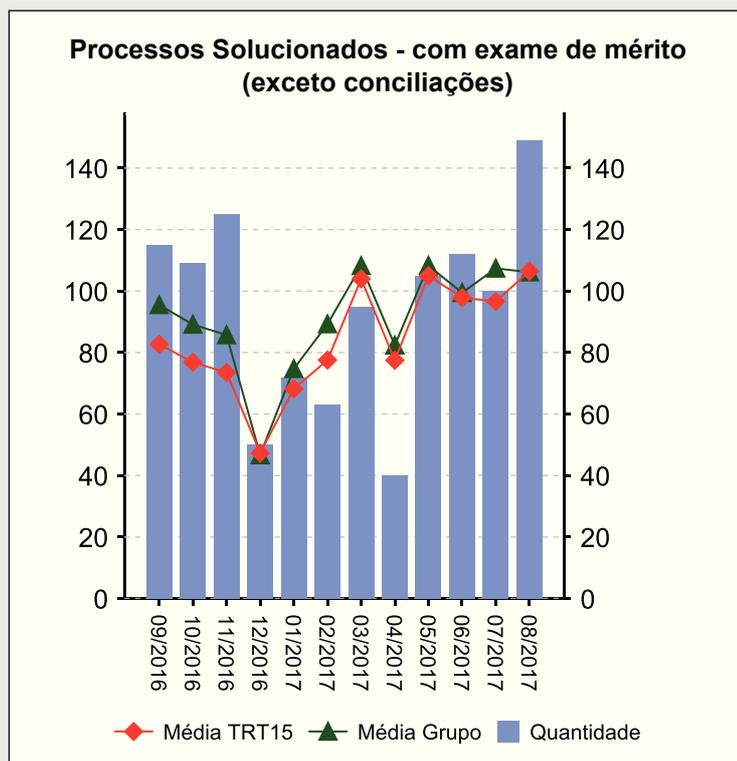
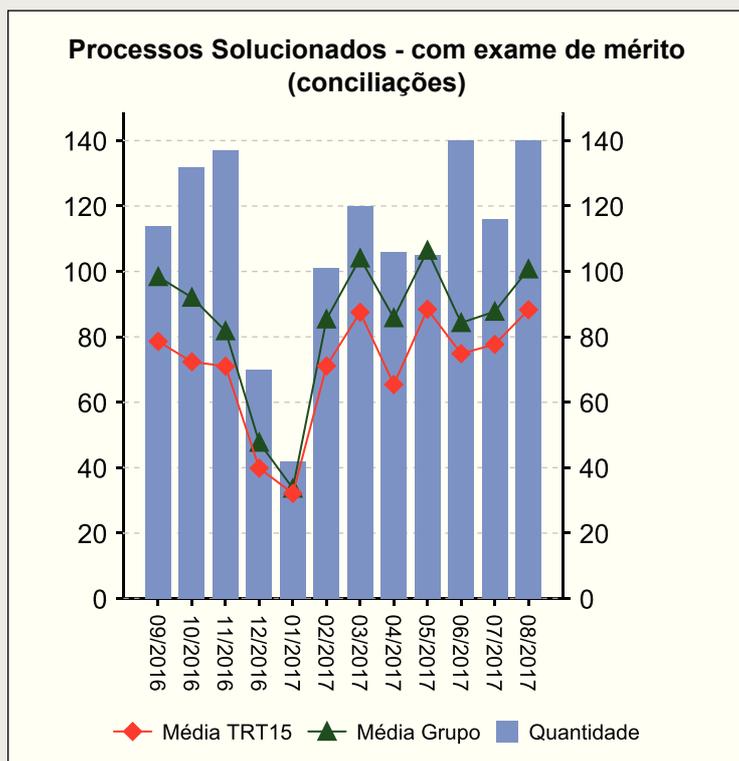
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [09/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	849	70,8	26,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	681	56,8	21,6
Sessões de audiência realizadas - una	1.273	106,1	40,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	989	82,4	31,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	238	19,8	7,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.954	162,8	62,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.227	102,3	38,9
Dias-Juiz	946	78,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.664	52,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.960	47,4	---



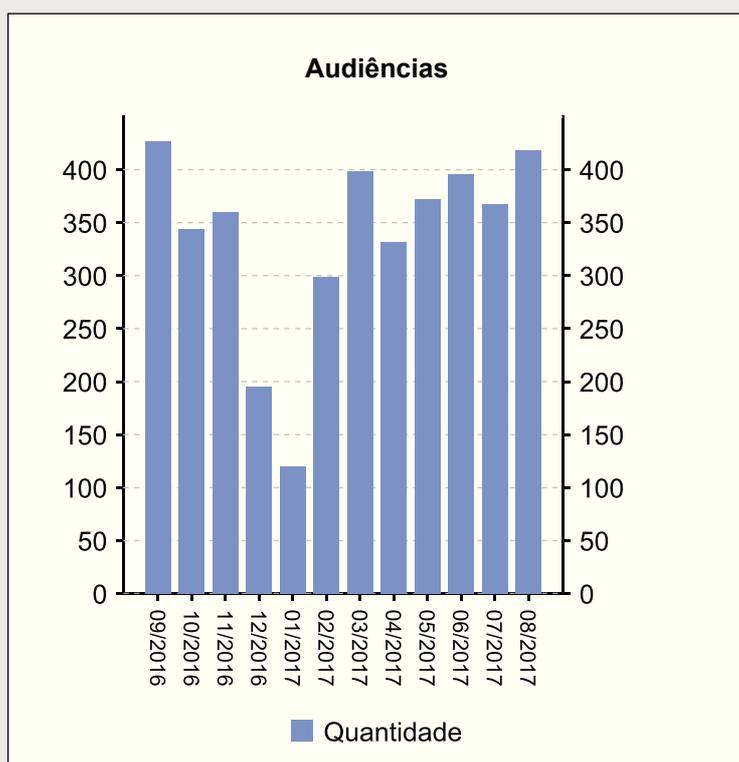
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

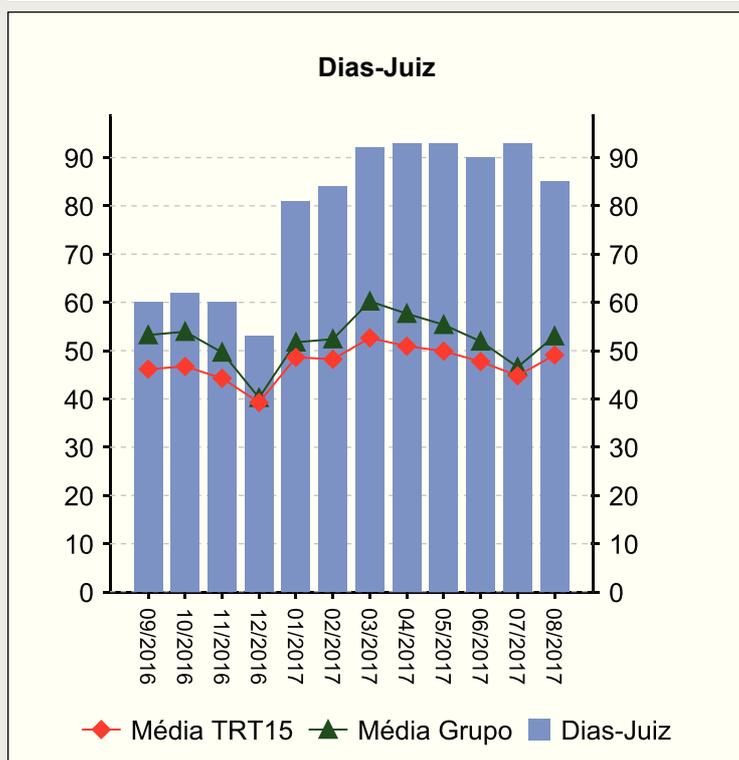
[09/2016 a 08/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2016	117	37	83	70	120	427
10/2016	91	1	69	62	121	344
11/2016	159	33	39	53	76	360
12/2016	74	12	25	41	43	195
01/2017	12	3	29	22	54	120
02/2017	47	20	72	45	115	299
03/2017	75	11	108	68	137	399
04/2017	66	16	74	57	119	332
05/2017	76	32	83	58	123	372
06/2017	106	33	87	63	107	396
07/2017	83	15	95	63	112	368
08/2017	83	25	85	79	146	418
Total	989	238	849	681	1273	4030



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2016	60
10/2016	62
11/2016	60
12/2016	53
01/2017	81
02/2017	84
03/2017	92
04/2017	93
05/2017	93
06/2017	90
07/2017	93
08/2017	85
Média Mensal	78,8



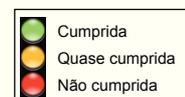
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

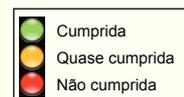
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2634	2643	2371	0	220	220	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

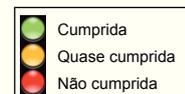
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2913	2622	3014	0	220	63	29 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
710	843	639	0	59	70	100 %





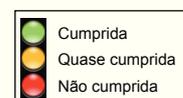
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

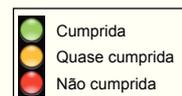
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
23	24	0	0	100 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
241	268	231	84 % 





12 - ARRECAÇÃO [10/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 108.230,84	R\$ 182.817,00	R\$ 35,11	R\$ 1.852.718,50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2012	1
2014	15
2015	41
2016	174
2017	966
2018	658



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

	Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
VT	2.633	9	1	10	2
PA	739	2	0	2	0

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 14 servidores (mais 02 Oficiais de Justiça) está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria, estando inclusos nesse número os atuantes no Posto Avançado de Espírito Santo do Pinhal.

Além disso, foi informado pelo gestor que também atuam os assistentes de Juiz:

Henrique Gomes Mozena – Assistente da Juíza Titular ANTONIA RITA BONARDO.

Mariana Fiamenghi Missé Isaac – Assistente da Juíza Substituta Auxiliar Fixa VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMÃO.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 15/06/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	15/05/2018	Data de corte:	15/05/2018
Saldo:	959	Saldo:	10
Data do mais antigo:	02/03/2018	Data do mais antigo:	09/04/2018
		Total:	969



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados é possível verificar que a Vara do Trabalho de São João da Boa Vista obteve melhora nos índices Acervo e Força de Trabalho, não obstante tenha elevado sua criticidade nos indicadores Celeridade, Produtividade e Taxa de Congestionamento. Nesse contexto, a Unidade passou da 77ª (jan a dez/2017) para a 87ª (abr/2017 a mar/2018) posição dentro do Regional, na faixa de 1501 a 2000 casos novos.

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Por esses motivos, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 15/06/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/prazo vencido (PJ-e):



Não há.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012249-43.2017.5.15.0034, 0010985-88.2017.5.15.0034 e 0012674-07.2016.5.15.0034;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011988-15.2016.5.15.0034, 0010490-78.2016.5.15.0034 e 0012083-79.2015.5.15.0034;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 04/07/2018, verificou-se a existência de 488 protocolos nos últimos 12 meses, com 03 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 000890-09.2011.5.15.0034, 0000891-91.2011.5.15.0034 e 0000321-03.2014.5.15.0034);

16.5 – há audiências designadas em cinco dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 262 no período de 06/2017 a 05/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de



conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, já que, por um problema técnico, o sistema automatizado calculou período de afastamento do atual Juiz Titular em seu período de férias – o que já foi encaminhado ao setor responsável. Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (63,8) não reflete a realidade, e a média real de dias-juiz é de 65,25, conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
06/2017	90
07/2017	93
08/2017	85
09/2017	65
10/2017	54
11/2017	60
12/2017	38
01/2018	55
02/2018	56
03/2018	62
04/2018	60
05/2018	65
Média mensal	65,25

Conforme suprademonstrado, a Unidade contou com média de 65,25 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (51,4) e à média mensal apurada na última correição (57,2, conforme item 17 da ata anterior).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 44,55* processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 49,2) e à última correição (RARIA



57,8*). Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 49,28, inferior à média do grupo, de 55,6 (RARIA) e à última correição (RARIA de 49,6*), resultando em 93,83* (RARIA) a média total de solucionados com exame de mérito na Unidade, inferior à média do grupo 104,8 (RARIA), no mesmo período, e ao RARIA de 107,4* apurado na última correição.

Diante disso, determina-se que a Vara do Trabalho de São João da Boa Vista envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou em comparação com o resultado verificado na última correição (de 251 para 316).

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 84% de cumprimento) – conforme item 11.

**RARIA manualmente calculado a partir da média de dias-juiz no quadro acima, nas duas últimas correições.*

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 15/06/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	08/10/2018	04	115
INICIAIS/ Sum:	08/10/2018	-	115
UNAS/ Ord:	12/09/2018	40	89
UNAS/Sum:	04/09/2018	54	81
INSTRUÇÕES/Ord:	05/02/2019	03	235
INSTRUÇÕES/Sum:	05/02/2019	-	235
CONCILIAÇÃO:	18/09/2018	04	95
MEDIAÇÃO:	03/09/2018	-	80

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.



As datas acima informadas correspondem à pauta da Juíza Titular, embora as audiências da Juíza Auxiliar estejam designadas até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	07/08/2018	-	53
INICIAIS/ Sum:	02/08/2018	-	48
UNAS/ Ord:	25/10/2018	12	132
UNAS/Sum:	25/10/2018	19	132
INSTRUÇÕES/Ord:	11/02/2019	11	241
INSTRUÇÕES/Sum:	11/02/2019	-	241
CONCILIAÇÃO:	21/06/2018	-	05
MEDIAÇÃO:	05/07/2018	-	20

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã	6	5	2		4*	13
	tarde	2	4	4			10
quarta	manhã						0
	tarde	4	3	2		6**	9
quinta	manhã	4	3	2			9
	tarde		2	3			5
sexta	manhã						0
	tarde						0

Observação: 02 segundas-feiras por mês e em todas as quartas-feiras as audiências são realizadas na VT de São João da Boa Vista, no período da manhã, com a Juíza Auxiliar fixa. Nas duas segundas-feiras seguintes, as audiências são feitas pela Juíza Auxiliar fixa no Posto Avançado de Espírito Santo do Pinhal.

(*) audiências realizadas na Vara-mãe

(**) mediações são realizadas todas as quartas-feiras, duas vezes por mês às segundas-feiras e uma vez por mês às terças-feiras.

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
-----	---------	-----	---------	-----------	-------------	----------	-------



segunda	manhã	4	3	2	2		11
	tarde	5	3	3		4	15
terça	manhã	4	3	2	2		11
	tarde						0
quarta	manhã	4	3	2	2	6*	11
	tarde	10					10
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã			3			3
	tarde						0

Observação: 02 segundas-feiras por mês e em todas as quartas-feiras as audiências são realizadas na VT de São João da Boa Vista, no período da manhã, com a Juíza Auxiliar-fixa. Na segunda quarta-feira de cada mês são realizadas 10 audiências UNA (rito ordinário);

(*) mediação realizada no Posto Avançado uma vez por mês ou conforme demanda.

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que a Magistrada permanece na Unidade durante as mediações. Dois servidores atuando nas pautas (um na Vara e outro no Posto Avançado). São realizadas em média 04 audiências de mediação por semana na Vara do Trabalho e no Posto Avançado, um total de 06 por mês. Há inclusão de processos antes das homologações de cálculos e em execução, sendo também atendidos pedidos formulados pelas partes neste sentido.

Noticiou haver servidor capacitado pela Escola judicial do TRT 15ª Região para a mediação: Rafaela Cabral Burato e Jander Eduardo de Andrade (Posto Avançado).

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:



A Unidade realizou média (RARIA) de 74,16* audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado na última correição (item 10.2 - RARIA 85,38*), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 312 dias, menor que o de seu grupo (361 dias), todavia maior que o apurado na última correição 249 dias.

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 190 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 336 dias. Embora esses dados indiquem haver priorização no rito sumaríssimo, as datas vagas para audiências iniciais ou unas de ambos os procedimentos é a mesma, seja na Vara ou no Posto Avançado, merecendo a atenção da unidade.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou de 249 para 312 dias, apesar da redução significativa no lapso temporal entre a designação e a realização de audiências iniciais realizadas no Posto Avançado, atualmente em 53 dias, contra os 84 dias registrados na última correição.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 767, quantidade menor que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

Considerando haver audiências de instrução até 11/02/2019, com espera de 241 dias para sua realização, assim, pouco menor que o registrado na última correição (246 dias); considerando o aumento do prazo médio até o encerramento da instrução (item 7), bem como a existência de 767 processos aguardando encerramento da instrução (item 4), não olvidando a existência de 125 processos aguardando a designação de audiência UNA mais 14 aguardando designação de instrução, além de não ter sido cumprida a Meta 5 da JT (reduzir em 4% o prazo médio de duração do processo), determina-se que o Juízo apresente, em 15 dias, plano de ação com medidas que possibilitem reduzir o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução.

Sugere-se, outrossim, que se estude a viabilidade de implementar as boas práticas já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo conferir maior celeridade à tramitação dos feitos. Destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da



ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

**RARIA manualmente calculado a partir da média de dias-juiz no quadro constante no item 17 supra.*

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com trio gerencial e o chefe do Posto Avançado de Espírito Santo do Pinhal.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual deve se valer a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Ainda, possibilita que a Corregedoria extraia relatórios relevantes à questões relacionadas a magistrados. No mais, alerta-se para o acompanhamento frequente de movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

A unidade adota o controle de perícias parcialmente, uma vez que detém a agenda do perito e é ele quem acessa o próprio painel no PJe e toma conhecimento de sua nomeação. Constatado isso, a Corregedoria insiste na plena implementação do controle de perícia, complementando o procedimento praticado com a fixação da data ou de prazo para entrega do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), sendo que o perito e as partes comunicar-se-ão entre si, quanto ao laudo, impugnações e esclarecimentos, tudo por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Uma alternativa da prática é, além de fixar a data/prazo da entrega do laudo com esclarecimentos, fixar as datas para juntada do laudo pericial (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos. A fixação prévia das datas, bem como a comunicação direta com o perito, possibilitam que a força de trabalho da Unidade seja direcionada a outras atividades, em vez de serem voltadas às notificações de partes e perito a cada



juntada de petições pertinentes à produção da prova técnica. Sobretudo, sugere-se que seja realizada reunião com os peritos que atuam na unidade, esclarecendo a relevância da assistência que prestam e a fim de obter deles o comprometimento e alinhamento necessários ao êxito da prática do controle de perícias. No mais, é relevante o estabelecimento de prazos para apresentação de laudo, compatível com a pauta da unidade. convém observar que, em outras unidades deste Regional, o elevado número de impugnações das partes sobre o laudo comprometeu a implementação do controle de perícias.

Processos convertidos em diligência. Boa parte das conversões decorreram de situação havida entre juiz substituto e advogado que tem cerca de 80% das ações da unidade e, talvez, ainda, pelas dúvidas de vinculação que foram suscitadas e esclarecidas pela Corregedoria. Com a juíza titular e a juíza auxiliar fixada, acredita-se que haja redução das conversões.

Procedimento na fase de liquidação. A fase de liquidação admite variadas práticas: a intimação das partes para apresentação, em audiência de mediação, de cálculos, mais a determinação de depósito, pela ré, do valor que entende devido. E, não havendo acordo, na própria audiência, ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré. Ou intimação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido. Na sequência, liberar o valor depositado, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação. E, persistindo a controvérsia sobre as contas, a designação de perícia para cálculos complexos ou realização de cálculos simples (e.g. Verbas rescisórias) pelo calculista da unidade. As unidades devem avaliar a prática mais adequada.

Sistema EXE15. O GIE relata sempre consultar o sistema, a fim de verificar se há outras execuções em curso. Notadamente, a eficiência do EXE15 decorre dos corretos e regulares consulta, inclusão, preenchimento e anexação do “Rascunho/Anotações”. As informações ali registradas são aproveitadas por todas as outras unidades, bem como, úteis para a correta aferição e consequente caracterização de um grande devedor e, assim, para ensejar o procedimento administrativo para pesquisa patrimonial avançada. Diante desse lapso do



GIE/Oficiais de Justiça, recomenda-se que sejam orientados a observar o procedimento correto, a fim de que não ocorra retrabalho.

Indagado sobre o número de ações ajuizadas, o gestor informa que até julho de 2017 foram ajuizados 1.414 processos, enquanto, até a presente data, foram 917 processos, ou seja, há redução de propositura de ações em 35%, com relação ao ano passado.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário;

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;



21.3 – apresentar, em 15 dias, plano de ação com medidas que possibilitem a redução do prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016), com 84% de cumprimento;

21.5 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.6 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.7 – observar o normativo: Ato Regulamentar GP-CR nº 1/2018 (atribuições relativas a atividades administrativas e judiciais dos Fóruns); assim como acompanhar as atualizações de normas, também disponibilizadas na extranet – Jurídico – Orientações da Corregedoria;

21.8 – consultar os relatórios de pendências (“ordens judiciais – ordens judiciais por juízo – pendência: bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento”) e velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme Ofício Circular nº 09/2017-CR;

21.9 – utilizar regularmente as ferramentas CCS e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados, o que deverá ser por ele(s) solicitado mediante envio de e-mail com seus dados (nome e



CPF) para o endereço eletrônico nucleodepesquisa.corregedoria@trt15.jus.br;

21.10 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.11 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores cadastrados nesse Regional;

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 05/07/2018 e 06/07/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000327-44.2013.5.15.0034	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (embargos de declaração pendentes) com última ocorrência RMJ – Remetido ao TRT. Verifica-se que o incidente processual não foi solucionado no sistema SAP1G.	Observar a necessidade de registrar os movimentos no SAP1G para baixa do incidente.
2	0000838-42.2013.5.15.0034 0000384-28.2014.5.15.0034	Processos físicos na ocorrência “DCA – devolvido de carga” desde 08/06/2018.	Levar os processos à conclusão para deliberação, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular nº 01/2016-CR.
3	0012084-93.2017.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “análise do conhecimento” desde 19/06/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 58 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
4	0010233-53.2016.5.15.0034	Processo eletrônico com prazo para razões finais vencido .	Tramitar imediatamente o processo, encaminhando-o para a caixa de tarefa “minutar sentença”, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
5	0012285-85.2017.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa	Dar prosseguimento ao feito. Além disso,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		“Minutar expediente de secretaria” desde 21/05/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 12 processos nessa tarefa, inclusive na fase de execução.	tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
6	0011357-71.2016.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “Preparar ato de comunicação” desde 02/05/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 242 processos nessa tarefa, inclusive nas demais fases.	Dar prosseguimento ao feito. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
7	0010638-60.2014.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “recebimento de instância superior” desde 25/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 109 processos na mesma situação, inclusive na fase de execução.	Tramitar o feito.
8	0010582-22.2017.5.15.0034	Processo eletrônico com alerta de tramitação preferencial na tarefa “Remeter ao 2º grau” desde 12/06/2018.	Tramitar o feito, efetivando a remessa com regularidade – nos dias de semana até as 18h00, evitando o represamento de processos, tanto na tarefa como no ato de remessa
9	0010281-75.2017.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “análise da liquidação” desde 26/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 36 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
10	0000372-14.2014.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “aguardando atualização de cálculo” desde 23/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 13 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
11	0010119-46.2018.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “aguardando atualização de cálculo” desde 26/02/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 13 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito.
12	0010197-11.2016.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “análise da execução” desde 17/05/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do	Tramitar o feito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 168 processos nessa tarefa.	
13	0000439-51.2012.5.15.0162	Processo eletrônico na tarefa “Expedir RPV-Precatório” desde 19/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 21 processos nessa tarefa, inclusive nas demais fases.	Dar prosseguimento ao feito. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
14	0010528-22.2018.5.15.0034	Processo eletrônico na tarefa “tarefa iniciar execução” desde 26/04/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 08 processos na mesma situação.	Dar prosseguimento ao feito.
Meta 2	0000471-52.2012.5.15.0034	Aguarda solução de outro processo – Pzo 18/12/2018	
	10463-66.2014.5.15.34	Audiência 25/07/2018	
	10495-71.2014.5.15.34	Aguardando final do sobrestamento – prazo 2018/03 1ª quinzena	
	10540-75.2014.5.15.34	Analisar sentença Dra. Kathlrn Mecchi Zarins Stamato – 09/02/2018	
	10713-2.2014.5.15.34	Minutar sentença - KATHLEEN MECCHI ZARINS STAMATO em 04/07/2018	
	10714-84.2014.5.15.34	Minutar sentença - KATHLEEN MECCHI ZARINS STAMATO em 26/02/2018	
	10715-69.2014.5.15.34	Audiência 10/10/2018	
	10716-54.2014.5.15.34	Audiência 09/10/2018	
	10732-8.2014.5.15.34	Minutar sentença - KATHLEEN MECCHI ZARINS STAMATO em 04/07/2018	
	10821-31.2014.5.15.34	Audiência 18/07/2018	

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem o Presidente da OAB 47ª Subseção de São João da Boa Vista José Luiz da Silva, OAB/SP 123.686 e o advogado Emílio Carlos Grespan Cereja, OAB/SP 87.397 para elogiar a unidade.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:



24.1 – A MM^a Juíza Titular ANTONIA RITA BONARDO está autorizada a residir fora da jurisdição (PA 2840/2018).

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa VANESSA CRISTINA PEREIRA SALOMÃO está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000776-03.2011.5.15.0897).

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP n° 3163/2016.

25 - ENCERRAMENTO:

No dia 12 de julho de 2018, às 15 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.